

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÃO QUE PERMEIA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Elza Maria do Nascimento
Maria de Fátima Soares Pinto Rodrigues

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: fatima.rodriguez33@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo traz reflexões e discussões sobre a concepção de Educação inclusiva, resultante de uma investigação realizada na Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa, localizada na cidade de Taboleiro Grande/RN, objetivando conhecer a concepção de educação inclusiva dos educadores que atuam do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, utilizamos como instrumento de pesquisa o questionário para compor os dados de análise na nossa investigação descritivo qualitativa. Após análise dos dados verificamos que a escola tem uma visão equivocada no que concerne à educação inclusiva se tomarmos por base os desafios postos pela filosofia e ditames legais da inclusão. Reiteramos que a educação na perspectiva da inclusão não é apenas colocar os alunos na sala de aula, como a escola observada concebe, é algo que vai mais além, a educação na perspectiva de inclusão, deve acontecer de forma contínua, dialética em escolas que ofereça educação de boa qualidade que possibilite todos os alunos, a prender a aprender, fazer, a ser e participando ativamente da construção do próprio aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Concepção de Educação Inclusiva, Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz reflexões sobre a concepção de Educação Inclusiva, tendo por objetivo central investigar qual a concepção de educação inclusiva que permeia as práticas pedagógicas dos educadores da Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa. Tendo como referência inquietações e questionamentos que surgiram durante o Estágio Supervisionado II. A discussão sobre Educação Inclusiva na maioria das vezes somente é introduzida no curso de pedagogia a partir do 5º período na disciplina Educação Especial e Inclusiva. Por isso entendemos que esse assunto merece realce nos momentos que se dialoga sobre a educação. Sobre isso autores como: GRESSLE (1989) e Carvalho (2005); e os documentos oficiais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outros serviram de embasamento teórico para fundamentar esse trabalho. Diante do exposto acima, o assunto se torna relevante, pois, o tempo

passou e ainda sentimos dificuldades no pensar e agir na perspectiva de Educação Inclusiva.

Para que possamos compreender melhor sobre a Educação Especial e Inclusiva sobretudo, entender como a escola observada define e conceitua suas atividades práticas de inclusão é importante que busquemos seus determinantes sob a luz dos referenciais legais.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa se caracteriza como sendo descritiva de caráter qualitativa, segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, ou seja, serve para descrever situações, fatos e características presentes em determinada população ou área de interesse, em nosso caso, observamos primeiramente, durante o estágio supervisionado e logo após realizamos o levantamento de dados. O *locus* da pesquisa foi a Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa, localizada na cidade de Taboleiro Grande.

A abordagem qualitativa conforme Deslandes (1994) “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas” [...]. Deve ser entendido assim, que a pesquisa poderá nos indicar as falhas, bem como, as possíveis alternativas para superar as dificuldades encontradas durante as observações no estágio supervisionado II.

Para coletar os dados a técnica aplicada foi o questionário aberto como instrumento de problematização. Tendo como base nossa curiosidade acadêmica despertada nas observações durante o estágio supervisionado II, como também pelo índice de alunos com deficiência e a atuação prática pedagógica dos professores da referida escola. Para isso, contamos com a colaboração de três professores, a secretaria municipal de educação e a coordenadora da escola. A princípio fizemos uma visita e perguntamos se os professores estavam dispostos a nos ajudar na coleta de dados para análise, depois de uma resposta afirmativa entregamos o questionário e esperamos até que eles respondessem, depois foi necessário retornar a escola, pois verificamos que os dados coletados não eram suficientes para a realização da pesquisa.

A partir de inquietações obtidas nas observações durante o período de estágio supervisionado II, surgiu a ideia de realizarmos uma pesquisa cujo foco central é investigar como se dá a concepção dos professores sobre a educação inclusiva. Iniciamos nossa amostragem com cinco profissionais da educação da escola

municipal do ensino fundamental. Dos seis profissionais todos são graduados: quatro (04) são formados em Pedagogia e também pós- graduados em área afim, os outros dois (02) - um (01) têm Licenciatura Plena em Língua Inglesa com Especialização e o outro tem graduação e Licenciatura Plena em Química.

Elaboramos questionário que abrange os seguintes aspectos: a formação, a concepção; como se dá o processo de inclusão dos alunos na escola; sobre legislação da educação inclusiva; como o professor identifica os alunos com deficiência; os limites e dificuldades que a escola como todo enfrenta no processo de inclusão; as deficiências apresentadas na escola e as dificuldades que a escola tem com as Necessidades Especiais (NE) encontradas na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este artigo trazemos os resultados de 06 das 08 questões respondidas pelos professores: a concepção; o processo de inclusão; os limites e dificuldades; processo de inclusão; as deficiências apresentadas. Daqui em diante trataremos os profissionais da educação, sujeitos de nossa pesquisa, como: P1, P2, P3, P4, P5 P6 para identificar as falas dos professores estudados e as questões de análise determinaremos de campo 1 sobre a concepção; campo 2 o processo de inclusão; campo 3 legislação; campo 4 a identificação dos alunos com deficiência, campo 5 as dificuldades no processo; campo 6 as dificuldades em lidar com as necessidades especiais. Para o melhor desenvolvimento da sequência da análise.

Em relação ao campo 1 que questiona a concepção sobre Educação Inclusiva obtivemos as seguintes respostas:

(P1) De fundamental importância, para todas as crianças com necessidades educacionais especiais para incluir na educação regular.

(P2) Educação Inclusiva é a responsável pela participação de crianças jovem e adulta na escola. Não apenas pela presença dos especiais, mas, sobretudo da aprendizagem destes.

(P3) É o atendimento especial dado a crianças especiais, sem discriminação, incluindo nas atividades escolares sem acepção, mas com observância nos casos diferenciados.

(P4) É uma maneira de respeitar as diferenças e valorizar o ser humano de forma igualitária promovendo a acessibilidade comum a todos.

(P5) Acredito ser o caminho necessário para que todos possam estar inseridos na sociedade, sendo respeitado e podendo ocupar o verdadeiro papel de cidadão.

De modo geral verificamos que a maioria dos professores entende que a Educação Inclusiva é de fundamental importância para o desenvolvimento humano. Estas falas dos professores nos lembram a portaria ministerial nº5.55 de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria nº948, de 9 de outubro de 2007, que expressa a Educação Inclusiva como um paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos.

Sobre o campo 2 que investiga como se dá o processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola notamos nas falas analisadas que os professores divergem sobre esse campo: O P1 e P4 vão de encontro aos aportes legais como porta de entrada para a Educação Inclusiva. Vejamos os relatos dos mesmos:

(P1) De forma legal de acordo com o decreto 6.571 que assegura a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, procurando respeitar e atender as dificuldades e necessidades escolares de cada criança diagnosticada na escola.

(P4) De maneira consciente respeitando a legalidade do decreto de 2008 de nº 6571 de universalizando os discentes com necessidades especiais na sala de aula de ensino regular bem como, inclui-los nas atividades pedagógicas extra classe.

O P2 propõe que o a inclusão se dá através de eventos realizados pela escola. Fica implícito na fala desse professor falta de metodologia adequada para trabalhar com os alunos com deficiência.

(P2) Na escola procura-se meios de tornar acessível o ensino. Isso ocorre até mesmo pelos eventos, e, é claro que muito se tem a melhorar, incluindo a prática de ensino do professor.

O P3 destaca a aula em sala organizada com o apoio de profissionais para o atendimento dos alunos com deficiência, nesse caso fica subtendido que o professor se refere à sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para incluir os alunos com deficiência, bem como a melhoria da prática pedagógica.

(P3) “Em sala de aula preparada para o atendimento a esses alunos adequando a sua realidade, acompanhamento com um pedagogo/psicopedagogo”.

No relato da P5 notamos uma contradição no que disseram os demais professores, porém ela faz uma reflexão de sua prática pedagógica.

(P5) Ainda a passos lentos, pois, não existe nem uma formação para nós professores, que estamos lidando diretamente com esses alunos em sala de aula. Tenho muita dificuldade em trabalhar, até me sinto culpada, pois muitas vezes não planejo pensando no aluno portador de necessidade especial.

Sobre a legislação que define Educação Inclusiva todos os professores responderam que possuem conhecimento, exceto um, afirma não conhecer as Leis que dispõe sobre a Educação Inclusiva. seguem os discursos abaixo:

(P1) A Lei do Plano Nacional de Educação: 13.005/2014 artigo 208 da constituição de 1988.

(P2) Sim, não sei de cor (decorado) os artigos, mas entendo a importância e o papel da escola com relação à inclusão.

(P3) Sim, defende o aluno especial e prioriza seu aprendizado de acordo com o diagnóstico obtido se trabalha atendendo as suas necessidades.

(P4) A Lei 13.005/2014, publicada no diário oficial no dia 25/06/2014, a Lei do Plano Nacional de Educação na qual garante na meta 4 a universalização das crianças com necessidades especiais de 4 a 17 anos no ensino regular.

(P5) Ainda não, mas anseio uma formação para tal.

Foi questionado como os professores identificavam os alunos com deficiência, averiguamos que de modo geral os professores afirmam que o instrumento de identificação é à observação. Três relatos nos chamou a atenção, quando a P2 diz que recebem a lista de alunos, fica subentendido que os alunos chegam com a identificação de alguma deficiência, o que vai de encontro ao discurso da P4 quando relata que a identificação vem desde o ciclo de alfabetização. Então podemos entender que já vem o diagnóstico. O discurso da P5 nos chamou a atenção porque ela reflete sobre como identificar os alunos com deficiência, diz que é difícil um posicionamento para tal. Entendemos nesse discurso que muitas vezes fazemos pré-julgamentos das competências e habilidades dos nossos alunos sem ter um diagnóstico de um especialista o que pode acarretar no processo inverso da inclusão, a exclusão. Vejamos os discursos:

(P1) São identificados através de uma observação diária, em seguida é feito um levantamento com a família se os alunos têm diagnóstico médico, aqueles que ainda não têm são encaminhados para profissionais para obter um melhor resultado com os alunos na escola.

(P2) Quando recebemos a lista de alunos, as professoras do 5º ano já auxiliam na identificação e discutimos como se trabalhar com os alunos especiais.

(P3) crianças que merecem oportunidades, respeitando as diferenças individuais e inseridas no convívio escolar e na comunidade sem indiferença o seu problema, averiguando cada caso e buscando soluções para os problemas detectados.

(P4) Através da observação no processo do ciclo de alfabetização, considerando as suas limitações, realizando estudos familiares e efetuando diagnósticos para obter uma melhor prática pedagógica mais significativa.

(P5) Muitas vezes no contato em sala de aula percebo alguma diferença no aluno, como não tenho formação fica difícil me posicionar. Nem todos são diagnosticados por especialistas. E os que são a coordenadora procura trabalhar um pouco dentro de suas possibilidades.

Apenas os professores 5 e 6 responderam às perguntas extras para complementar a pesquisa. As perguntas foram as seguintes: Quais os limites e dificuldades enfrentados pela escola, professores no processo de inclusão? Vejamos o que relataram os professores sobre os questionamentos:

(P5) Adaptação das salas de aula e banheiro para os portadores de necessidades físicas, e formação para os professores identificarem essas deficiências e adaptar o planejamento para um melhor desempenho do educando.

(P6) As pessoas especiais, ou alunos especiais, precisam ser tratados bem especiais. As dificuldades são divergentes, que requer mais cuidado. As turmas numerosas com até 4 especiais incluso. Falta de profissional na escola (psicólogo) presente.

Percebemos implicitamente nas falas dos professores o despreparo da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência. Já que desde a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ficou definido

Art. 2º

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

www.fipedbrasil.com.br

especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001)

Ou seja, a resolução aponta os direitos que devem garantir todas às crianças e adolescentes um atendimento adequado no âmbito escolar e o dever desta é possibilitar a efetivação desses direitos, bem como, poder público deve proporcionar as condições para que os direitos sejam garantidos.

A segunda pergunta que complementa a pesquisa nos faz refletir sobre as deficiências diagnosticadas e apresentadas na escola? Observem o que foi relatado

(P5) Baixa visão, dislexia, transtorno mental codificado, necessidade visual, transtorno global do desenvolvimento hiperativismo, transtorno cognitivo e afetação psicomotora.

(P6) Não respondeu.

Podemos constatar que na escola nosso campo de estágio existe uma estatística relevante no que concerne ao índice de deficiência. E sobre as dificuldades em lidar essas deficiências vejamos os relatos dos professores:

(P5) Na verdade os alunos que trabalho apresenta as deficiências de: baixa visão, transtorno mental codificado e transtorno global do desenvolvimento, e das citadas a que mais me preocupa é a segunda, pois, não tenho preparo nenhum para lidar com essa deficiência.

(P6) Acho linda a inclusão, porém gostaria que os professores, tivessem mais formação, mais estudos, como também, planejamento, voltado para a inclusão, pois muitas vezes nos deparamos com os discentes inclusos sobrando na sala, apesar dessa prática hoje, já ter avançado muito, ainda fica a desejar.

Mais uma vez podemos constatar, por meio da concepção de inclusão que permeia o fazer pedagógico da maioria dos professores, que há um despreparo para atuação educacional na perspectiva de inclusão. Pois em resumo a partir da análise dos relatos dos professores percebemos que a escola ainda não está bem preparada para efetivas os direitos garantidos na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9. 394/96 segundo a qual:

Art. 58

§ 1º haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Art. 59

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. (BRASIL, 1996, p. 21)

Para Carvalho (2005), é importante colocar os pingos nos “is”, haja vista que a diversidade de ideias e práticas acerca da educação inclusiva gera uma confusão de significados e sentidos que, conseqüentemente, acabam por provocar dúvidas e resistências por parte dos educadores na implantação de processos inclusivos

CONCLUSÃO

Portanto, ao finalizar nossa análise descobrimos que existem no âmbito escolar algumas concepções um tanto contraditórias sobre educação inclusiva. A escola passa a impressão de que é uma entidade que inclui os alunos com deficiência, talvez pelo número significativo de alunos diagnosticados com uma ou mais deficiência, mas, partindo de um olhar mais apurado e com o conhecimento teórico em documentos oficiais e autores que discutem essa temática, notamos que, no que concerne a forma de pensar e agir na perspectiva da educação inclusiva, a escola campo de estágio na maioria das vezes deixa a desejar no que se refere à inclusão.

Sabemos que, a educação na perspectiva de inclusão, não é apenas colocar os alunos na sala de aula, como a escola observada concebe, é algo que vai mais além, a educação na perspectiva de inclusão, deve acontecer de forma contínua, dialética em escolas que ofereça educação de boa qualidade que possibilite todos os alunos, a prender a aprender, fazer, a ser e participando ativamente da construção do próprio aprendizado.

Para tanto, todos os envolvidos na educação devem enfrentar os muitos desafios que envolvem esse tema como forma de se repensar as mudanças na prática que permeia o fazer pedagógico dos profissionais da educação. Para isso, um ponto inicial seria repensar nossas próprias atitudes como professoras em relação às diferenças entendendo que as mudanças começam a partir de nós mesmo das nossas concepções. Dessa forma, garantir uma educação de qualidade que envolva todos sem discriminação e exclusões.

Essa temática precisa ser melhor debatida em ambientes que discuti a educação, pois o processo de inclusão é algo complexo, lento e sofrido, mas que podemos todos juntos reverter o quadro, modificando as barreiras que dificultam a aprendizagem de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais- orientações gerais e marcos legais**. Brasileira: MEC/SEESP, 2006.

CARVALHO. R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 2. ed. Porto Alegre: Meditação: 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRESSLER, L. A. **A Pesquisa Educacional**. São Paulo: Loyola, 1989.